

XIV CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

Contribuição das Negras e Negros da DS ao Anteprojeto de Resolução Política

Por uma vitória antirracista, antineoliberal e anti-imperialista: o socialismo democrático como horizonte revolucionário

Introdução

1. A presente contribuição das Negras e Negros da Democracia Socialista à Conferência Nacional da DS tem como objetivo central inserir a questão racial no centro da análise de conjuntura e da estratégia política que orientará nossa ação no próximo período. Compreendemos que não há vitória duradoura sobre a extrema direita neoliberal sem o enfrentamento estrutural ao racismo, princípio organizador das desigualdades no Brasil e no mundo.

2. Reafirmamos o ensinamento histórico do movimento negro: raça, classe e gênero são indissociáveis na produção e reprodução do capitalismo. O racismo não é um epifenômeno ou uma questão moral individualizante, mas o operador simbólico e material que permite ao capitalismo reproduzir-se sem explosão social. A violência racial, o encarceramento em massa e o extermínio da juventude negra não são falhas do sistema: são o próprio sistema funcionando a pleno vapor.

3. O manifesto "Enegrecer o PT: enfrentar o racismo, garantir reparação e radicalizar a democracia", construído por nossas negras e negros para o Encontro Nacional da Secretaria de Combate ao Racismo, ofereceu uma análise aprofundada da crise do capitalismo e da centralidade da questão racial. Retomamos e aprofundamos aqui suas principais contribuições, articulando-as com a estratégia antineoliberal e anti-imperialista que a DS tem defendido no interior do PT.

Crise do capitalismo, racismo e a ofensiva neoliberal internacional

4. O capitalismo surge organizando a economia e a reprodução social a partir da exploração, tendo o marcador racial como elemento central para estruturar o trabalho na economia de escala global. A criação da “raça” garantiu categorias de pessoas que poderiam ser submetidas à coisificação para, uma vez desprovidas da condição de humano, pudessem gerar ainda mais riqueza. Na América Latina e na África, foi essa necessidade econômica que justificou a escravização da população negra e dos povos originários.

5. Em cada crise do capitalismo, a raça segue sendo elemento constitutivo da estratificação da força produtiva e das respostas às crises. No primeiro colapso de 1873, as jornadas imperialistas se justificaram pelo darwinismo social e pelo “atraso natural” da África. Após a Grande Depressão de 1929, o Welfare State não ultrapassou as barreiras da raça e do gênero: as garantias não se aplicavam da mesma forma aos povos racializados. Hoje, com o neoliberalismo, avança o que Achille Mbembe chama de devir-negro do mundo: a precarização da vida e das condições de trabalho, a coisificação do outro, atinge o conjunto das populações subalternizadas.

6. O neoliberalismo aprofunda a divisão racial do trabalho, impõe a uberização como regra e promove a superexploração dos bens naturais, com consequências diretas no aprofundamento da crise climática e do racismo ambiental. A agenda neoliberal não é colorblind: ela é estruturalmente racista. A promessa de mérito individual e de “negros no topo” (o chamado “black money”) é uma cooptação neoliberal das narrativas do movimento negro, que esvazia a luta coletiva e legitima o sistema que produz a desigualdade.

7. No plano internacional, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é a principal referência política da agenda neoliberal e do supremacismo branco global, mas não é o único. Líderes como Javier Milei, na Argentina, Giorgia Meloni, na Itália, Viktor Orbán, na Hungria, e outros representantes da extrema direita

européia e latino-americana têm adotado agendas abertamente racistas, xenofóbicas e anti-imigrantes, alinhadas ao projeto neoliberal de desmonte de direitos e de criminalização dos povos racializados. Trump, em seu segundo mandato, reforçou seu supremacismo em diversas áreas, como na política migratória, marcada pela perseguição a imigrantes latino-americanos e africanos, com deportações em massa e assassinatos cometidos pelo ICE, como o da cidadã estadunidense Renee Nicole Good, morta por agentes do Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE), gerando uma série de questionamentos à política migratória do governo Trump.

8. É fundamental conectar a luta antirracista com a luta anti-imperialista. A promoção de guerras como indústria de lucro, a manutenção da hegemonia do norte global sobre os países do Sul, o ataque à soberania de nações como Venezuela (com o sequestro de Nicolás Maduro e Cília Flores) e o cerco a Cuba são expressões do mesmo programa. O imperialismo contemporâneo utiliza o racismo para justificar intervenções políticas, econômicas e militares, sempre em nome de uma pretensa missão civilizatória ou de combate ao “narcoterrorismo”.

9. A ideia de “narcoterrorismo” tem sido mobilizada como justificativa para avançar sobre democracias latino-americanas e aprofundar a necropolítica racista nos territórios. Trata-se de uma construção discursiva que associa seletivamente o crime organizado a lideranças políticas e movimentos sociais de esquerda, especialmente na América Latina, para legitimar intervenções militares, golpes de Estado e políticas de ocupação territorial com alta letalidade. No Brasil, a operação armada comandada pelo governador bolsonarista do Rio de Janeiro, com apoio de governadores da extrema direita, é um exemplo paradigmático: sob o pretexto de combater o crime organizado, impõe-se uma política de guerra que vitima preferencialmente a juventude negra e periférica, aprofundando o genocídio da população negra. Essa lógica se reproduz em outros países da região, onde o combate ao “narcoterrorismo” serve como fachada para a criminalização da pobreza, da negritude e da resistência política, consolidando um padrão de gestão racializada da violência estatal.

10. Em um avanço histórico no plano internacional, a Assembleia Geral da ONU declarou, em 25 de março de 2026, que o tráfico transatlântico de africanos escravizados constitui “o crime mais grave contra a humanidade”. A resolução, proposta por Gana, foi aprovada por 123 países, mas enfrentou a oposição de Estados Unidos, Israel e Argentina, que votaram contrariamente. Outros 52 países, incluindo Reino Unido, Portugal e Espanha, se abstiveram. A resolução exige reparações, incluindo pedidos formais de desculpas, devolução de artefatos roubados e indenizações financeiras. A posição contrária dos EUA, de Israel e da Argentina – está sob o governo de Javier Milei – evidencia como o racismo estrutural e a negação da história fazem parte da política externa de governos alinhados ao neoliberalismo e ao supremacismo branco.

11. O racismo é, portanto, um pilar da agenda neoliberal e da extrema direita em escala global. Não há enfrentamento consistente ao neoliberalismo sem enfrentamento ao racismo. E não há vitória sobre a extrema direita sem que a luta antirracista seja assumida como eixo estratégico da polarização democrática.

Brasil: o racismo como princípio organizador da desigualdade e o programa de morte da direita

12. No Brasil, o mito da democracia racial sempre alimentou a fantasia de uma convivência harmônica entre as raças. Este mito, entretanto, nunca se concretizou: todos os dados mostram a indissociabilidade entre o marcador racial e a constituição das desigualdades. Não reconhecer a existência do racismo é um passo importante para sua manutenção.

13. Na conjuntura atual, a direita neoliberal vem elaborando uma estratégia sofisticada e profundamente perversa de cooptação e esvaziamento da luta antirracista, pois, diferentemente da extrema direita, que frequentemente explicita o racismo como parte de seu programa, essa vertente reconhece sua existência, mas o reduz a um problema moral e individual, supostamente solucionável por mecanismos de mercado. Essa perspectiva opera por meio de uma lógica dual em

que, de um lado, incorpora pautas raciais de forma superficial, com o objetivo de construir uma imagem de diversidade e inclusão, e, de outro, sustenta o desmonte de políticas públicas universais e de ações afirmativas com base em discursos de meritocracia, eficiência e correção de distorções. O efeito concreto dessa combinação é a reprodução do racismo estrutural, já que a população negra segue desproporcionalmente representada na pobreza, no desemprego, na informalidade, no encarceramento e nas mortes por violência, enquanto as respostas oferecidas são deslocadas para o plano individual, como cursos de empreendedorismo, programas de mentoria ou iniciativas de incentivo ao chamado black money. Dessa forma, mais do que naturalizar a desigualdade, essa abordagem a aprofunda ao transferir a responsabilidade do Estado e das estruturas econômicas para o esforço individual de homens e mulheres negras, perpetuando uma divisão racial do trabalho em que negros e negras ocupam majoritariamente os postos mais precarizados, com menores salários e jornadas mais extensas, de modo que, enquanto enuncia um discurso formalmente contrário ao racismo, a direita neoliberal atua, na prática, para desmontar os instrumentos capazes de enfrentá-lo.

14. A extrema direita, por sua vez, segue assumindo publicamente o racismo como programa político. Bolsonaro é o maior expoente dessa perspectiva no Brasil, e sua derrota eleitoral não significou o enfraquecimento do racismo como método político. Ao contrário, vemos a ofensiva contra as cotas raciais e a perseguição racista a parlamentares negros de esquerda, como Renato Freitas (PT/PR), Brisa Bracchi (PT/RN), Açucena (PT/ES), Renata Souza (PSOL/RJ), entre outros. Essas duas perspectivas – a extrema direita assumidamente racista e a direita neoliberal cooptadora – coexistem e se unem sempre que necessário para desmontar os direitos conquistados pela população negra. O desmonte do Estado brasileiro e das políticas de proteção social, promovido pelo neoliberalismo, atinge duramente a população negra, que depende do Estado não apenas para o acesso a direitos, mas para a própria sobrevivência diante da desigualdade estrutural.

O 3º Governo Lula e a luta antirracista: avanços, limites e desafios

15. O terceiro governo Lula inaugurou um novo ciclo histórico de reconstrução democrática, com a retomada de uma agenda propositiva de igualdade racial. A criação e o fortalecimento do Ministério da Igualdade Racial, a valorização dos mecanismos de participação social e a retomada de políticas públicas de enfrentamento ao racismo são avanços decisivos. Além disso, o julgamento da ADPF 973 pelo Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2025, constituiu um marco institucional: por unanimidade, o STF reconheceu a existência do racismo estrutural e a violação sistemática de direitos fundamentais da população negra, determinando ao Poder Executivo federal a elaboração de um Plano Nacional de Combate ao Racismo Estrutural. Embora a decisão parta do Judiciário, ela cria um ambiente favorável para que o governo Lula avance na implementação de políticas estruturantes, desde que haja vontade política e correlação de forças favorável.

16. No entanto, os limites estruturais do governo também se expressam no campo antirracista. A direção neoliberal do Banco Central, as restrições do Novo Arcabouço Fiscal e a força da bancada conservadora no Congresso Nacional impedem o aprofundamento das políticas de reparação e bem viver. A taxa de informalidade e precarização atinge desproporcionalmente a população negra, e a reforma trabalhista de Temer, não revogada, segue produzindo efeitos devastadores.

17. A nova agenda do movimento negro, que incorpora o conceito de bem viver – deslocando o eixo das políticas públicas do crescimento econômico abstrato para a centralidade da vida, do território, da justiça social e da sustentabilidade –, precisa ser assumida como horizonte programático do governo e do PT. O bem viver, ensinado pelos povos originários e pela ancestralidade africana, é radicalmente antagônico ao neoliberalismo.

A frente única antiliberal com o movimento negro: reparação, bem viver e fim da escala 6x1

18. A consolidação da vitória sobre a extrema direita neoliberal exige a construção

de uma frente única antineoliberal com as organizações do movimento negro. Essa frente deve colocar no centro a vida do povo negro e do povo trabalhador, articulando as lutas por reparação, bem viver e trabalho digno.

19. A reparação não se limita a políticas de transferência de renda ou cotas, por mais fundamentais que sejam. Ela exige um enfrentamento estrutural ao racismo em todas as suas dimensões: econômica, política, social, cultural e simbólica. A recente declaração da ONU, que reconhece o tráfico de africanos escravizados como o pior crime contra a humanidade e exige reparações, fortalece a legitimidade internacional dessa luta. A posição contrária de países como Estados Unidos, Israel e Argentina – este sob o governo Milei – evidencia que a resistência às reparações é parte do mesmo projeto neoliberal e supremacista que combatemos. No Brasil, a reparação passa por uma reforma agrária que beneficie a população negra, por uma política de saúde que enfrente o racismo institucional, por uma reforma do sistema de segurança pública que desmonte a lógica de extermínio da juventude negra, e por uma reforma tributária progressiva que redistribua a riqueza historicamente extraída do trabalho escravo.

20. A luta pelo fim da escala 6x1 é uma das mais concretas expressões da luta pelo bem viver. A jornada exaustiva de trabalho, que atinge desproporcionalmente a população negra – especialmente as mulheres negras –, é incompatível com uma vida digna. Defender a redução da jornada sem redução de salários é defender que o povo negro tenha tempo para viver, para cuidar, para participar da vida política e comunitária. A DS e o PT devem se engajar ativamente nessa mobilização, em articulação com os movimentos sociais e sindicais.

21. A regulamentação das relações de trabalho, em especial para os trabalhadores de plataforma (uberização), é igualmente central. A divisão racial do trabalho se aprofunda na economia digital: são majoritariamente negros e negras os entregadores, motoristas e trabalhadores precarizados. A luta por direitos trabalhistas é, portanto, uma luta antirracista.

22. Esta frente única antiliberal não se contrapõe, mas deve hegemonizar as alianças democráticas com setores liberais contra a extrema direita. No entanto, é preciso clareza: a aliança tática com setores liberais não pode significar a diluição do programa antirracista e antineoliberal. A centralidade da luta deve ser construída com os movimentos sociais, com as frentes negras e com as classes trabalhadoras organizadas.

A luta antirracista como elemento central para reposicionar o socialismo democrático como horizonte revolucionário

23. O socialismo que defendemos não é aquele que se limita a redistribuir renda no interior do capitalismo. É um socialismo que se reafirma nas experiências anticolonialistas pela libertação africana e da América Latina; que reconhece os ensinamentos da ancestralidade negra e indígena, como a coletividade como valor inegociável, a proteção dos bens naturais como parte do direito à vida, e a promoção de uma nova forma de organizar o trabalho que não seja pautada pelo lucro, mas sim pelo bem viver.

24. A luta antirracista é, portanto, um elemento central para reposicionar o socialismo democrático como horizonte revolucionário das esquerdas e do povo trabalhador. Não há socialismo sem superação do racismo, assim como não há superação do racismo sem superação do capitalismo. O programa socialista democrático precisa incorporar essa verdade histórica, sob pena de reproduzir as hierarquias raciais que o capitalismo organiza.

25. As negras e negros da DS reafirmam que o internacionalismo é farol revolucionário. A luta dos povos em diáspora é uma luta global. A vitória contra a extrema direita neoliberal no Brasil está indissociavelmente vinculada à luta contra o imperialismo e o supremacismo branco em escala mundial. A solidariedade internacionalista com Cuba, Venezuela, Palestina e com todos os povos que resistem à opressão colonial e racial é parte constitutiva do nosso programa.

Conclusão

26. As vitórias recentes do governo Lula – contra a PEC da “bandidagem”, contra a anistia aos golpistas, pela isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais – abriram um novo rumo estratégico. Mas esse rumo só se consolidará se a luta antirracista for assumida como dimensão central da polarização democrática contra a extrema direita neoliberal.

27. O racismo é uma das armas poderosas da direita para dividir as classes trabalhadoras, fragmentar a luta social e naturalizar o genocídio da juventude negra. Enfrentá-lo é condição para unificar a luta por direitos, por democracia e pelo socialismo. As negras e negros da DS estão comprometidas com essa tarefa. Convocamos toda a DS e todo o PT a assumir o desafio de enegrecer o partido, enfrentar o racismo, garantir reparação e radicalizar a democracia.

28. Que o socialismo que construimos seja negro, feminista, indígena, popular e internacionalista. Que seja o socialismo do bem viver.

**Negras e Negros da Democracia
Socialista Brasil, 2026**